



Chegou a hora de fortalecer o Sindividro: sindicalize-se

Dirigentes sindicais visitarão as empresas da base da entidade para sindicalizar trabalhadores

A diretoria do Sindividro vai desencadear mais uma campanha de sindicalização. O objetivo é trazer os trabalhadores e trabalhadoras para dentro da entidade sindical e, desta forma, fortalecê-la ainda mais. Os patrões estão unidos e falando a mesma língua. Não há motivos, portanto, para que nós fiquemos cada um remando para um lado diferente.

A campanha vai começar pela Luttottica, a maior empresa da base do Sindividro. Nos dias 14 e 15 de fevereiro, os dirigentes sindicais estarão para sindicalizar os trabalhadores. Como o ato de se sindicalizar é livre e espontâneo, será oferecida a alternativa de

autorizar o desconto do imposto sindical, que deve ocorrer no mês de março, àqueles que não quiserem se sindicalizar.

Caso opte apenas por autorizar o desconto do imposto sindical, os trabalhadores passarão a contar com a assistência do Sindividro nas homologações de rescisões de contratos de trabalho. Já os associados terão direito de usufruir de colônia de férias e clube de campo, dos convênios mantidos pela entidade e de toda a assistência jurídica que ele precisar.

Mais do que acesso aos benefícios que o sindicato oferece, o ato de sin-

dicalizar-se tem natureza política e de tomada de consciência. É o reconhecimento, por parte do trabalhador, da importância do Sindicato, seu principal instrumento para garantir direitos e benefícios na empresa onde trabalha.

Mesmo com todas as mudanças na legislação promovidas pela reforma trabalhista, um dos principais mecanismos da CLT permaneceu intacto: a prerrogativa dos sindicatos para negociar e firmar acordos e/ou convenções coletivas de trabalho. Portanto, sindicalizar-se é fortalecer o Sindividro e, por extensão, garantir uma ferramenta de luta para consolidar direitos e fazer avançar nossas reivindicações.

Sindividro firma convênio com a Policamp

Uma boa notícia para quem estabeleceu a retomada dos estudos como resolução de Ano Novo. A diretoria do Sindividro acaba de firmar convênio com a Faculdade Policamp/

Faculdade Fleming, estabelecimento de ensino instalado em Campinas. São doze cursos de nível superior com excelentes notas nas avaliações do Ministério da Educação. Confira no quadro ao lado a relação de cursos de valores de mensalidades.

A FACULDADE POLITÉCNICA DE CAMPINAS - POLICAMP é uma Instituição de Ensino Superior, localizada à Rua Luiz Otávio, no 1.281 – Fazenda Santa Cândida – Campinas/SP, mantida pelo Instituto Bandeirantes de Ciência e Tecnologia.

Desde a sua criação, a POLICAMP tem se destacado na formação de profissionais, bem como nos altos conceitos obtidos nas avaliações realizadas pelos órgãos governamentais. Seu lema é: “promover a educação socialmente responsável, com alto grau de qualidade, propiciando o desenvolvimento dos projetos de vida de seus alunos.”

Tabela de Preços Policamp		
Cursos	Valor Integral	Desconto Promocional*
Administração	R\$ 804,00	R\$ 361,80
Ciências Contábeis	R\$ 804,00	R\$ 361,80
Direito	R\$ 1.106,00	R\$ 497,70
Engenharia de Computação	R\$ 1.221,00	R\$ 549,05
Engenharia de C. e Automação	R\$ 1.221,00	R\$ 549,05
Engenharia Civil	R\$ 1.221,00	R\$ 549,05
Engenharia Ambiental	R\$ 1.221,00	R\$ 549,05
Engenharia Elétrica	R\$ 1.221,00	R\$ 549,05
Gastronomia	R\$ 1.221,00	R\$ 424,00
Análise e Desenv. De Sistemas	R\$ 588,00	R\$ 317,52
Automação Industrial	R\$ 588,00	R\$ 317,52
Pedagogia	R\$ 644,00	R\$ 347,76

*Consulte planos de descontos

Este convênio é exclusivo para trabalhadores e trabalhadoras sócios do Sindividro, e também seus dependentes. É uma excelente oportunidade para voltar a estudar e ter acesso a uma profissão.

FIQUE SÓCIO DO SEU SINDICATO. VIRA E MEXE VOCÊ PRECISA DELE!

A Divimax está de mudança para novo barracão em Sumaré

Patrões vieram ao Sindividro comunicar a decisão; em assembleia dirigentes explicaram a situação

No último dia 24 de janeiro, os proprietários da Divimax estiveram na sede do Sindividro para participar de reunião com os dirigentes sindicais. No encontro, eles comunicaram que a empresa, atualmente instalada nos Amarais, em Campinas, está de mudança para Sumaré. O processo, segundo as previsões deles, deverá estar concluído até o mês de abril.

De acordo com os patrões, a mudança de cidade foi necessária porque a Divimax, uma empresa

transformadora de vidro, não poderia mais continuar instalada onde está. A prefeitura de Campinas alterou o zoneamento e proibiu a instalação de indústrias naquela região da cidade. A mudança já era para ter acontecido há alguns meses.

Em seu novo endereço, ainda de acordo com os donos da empresa, a Divimax passará a contar com um amplo e moderno refeitório, capaz de atender a todos os seus funcionários. Além disso, estuda conceder transporte

fretado para aos trabalhadores, com participação de acordo com a lei do vale-transporte.

Na sexta-feira, 25 de janeiro, os dirigentes do Sindividro realizaram assembleia com os trabalhadores e trabalhadoras para comunicar a mudança e esclarecer as dúvidas existentes. Para além do conforto das novas instalações, prometido pelos patrões, uma coisa é certa: a mudança vai implicar em alterações na rotina de muitos trabalhadores.

Bolsonaro dificulta auxílio de quem para de pagar o INSS

O presidente Jair Bolsonaro dificultou o acesso a vários benefícios previdenciários (auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, salário-maternidade e auxílio-reclusão) para quem, após período de informalidade, voltar a contribuir com o INSS, seja como autônomo ou trabalhando com registro em carteira. Agora, o segurado que perde a cobertura precisa voltar a pagar toda a carência exigida para o auxílio, de 12 meses.

Esta medida foi tentada pelo ex-presidente Michel Temer em 2017, mas o Congresso Nacional travou e suavizou a proposta. Com a crise econômica, a parcela de trabalhadores informais no país bateu recorde e chegou a 43%, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).



Artigo incluído pela equipe econômica de Bolsonaro na Medida Provisória (MP) do pente-fino do INSS endureceu as regras para quem, depois de uma pausa de até 36 meses, voltar a contribuir com a Previdência.

Desde a publicação na MP no dia 18 de janeiro, esses trabalhadores precisam cumprir novamente toda a carên-

cia para poderem receber o benefício pago a quem está temporariamente incapaz de trabalhar, a quem se afasta por causa de nascimento de filho ou quem está preso e tem valor destinado à família.

A carência desses benefícios varia de 10 a 24 meses. Com a medida de Bolsonaro, que passará pelo Congresso, esse período tem que ser atingido mesmo que o segurado (o trabalhador) já tenha cumprido o requisito há alguns anos.

Anteriormente, era necessário um terço do período exigido para quem voltasse ao INSS. O ex-presidente Michel Temer (MDB) tentou aprovar a obrigação para cumprir mais uma vez toda a carência, mas Congresso aprovou a exigência de pagar apenas 50% da carência, regra que valeu até o último dia 17 de janeiro.